



XINGU RIO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A **Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE" ou "Sociedade")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A SOCIEDADE

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("Sociedade" ou "XRTE"), foi constituída em 07 de agosto de 2015 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Sociedade é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Sociedade espera manter a geração de caixa e margem positiva de

suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão (a serem construídas):

Extensão de linhas em km:	2.534
Tensão em kV:	800/500
Subestações:	3

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 1.232.630.799 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

3.2) Desempenho econômico-financeiro.

	2019	2018
• Liquidez geral	1,43	1,47
• Liquidez corrente	0,67	1,63
• Relação patrimônio líquido/ativo	30,04%	32,09%
• Relação passivo não circulante/ativo	53,64%	63,19%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	10,77%	8,01%
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	27,53%	19,49%
Ativos totais - R\$	12.005.748.925	10.038.669.760
Lucro líquido do exercício - R\$	388.265.300	258.143.891

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Sociedade busca ser mais inclusiva. A Sociedade vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Sociedade vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Sociedade também participa de ações sociais junto à Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Sociedade e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	01/01/2018 (Reapresentado)		Nota	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	01/01/2018 (Reapresentado)
Ativo					Passivo				
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	40.348.502	447.486.821	135.522.647	Fornecedores - terceiros	10	509.970.976	498.340.931	349.608.668
Concessionárias e permissionárias	8	145.594.991	-	-	Empréstimos e financiamentos - terceiros	11	264.233.578	-	578.492.519
Impostos a recuperar		14.910.960	9.427.317	4.115.702	Empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas	12	1.203.605.697	-	-
Despesas antecipadas		10.881.532	1.169.005	1.183.126	Impostos e contribuições sociais		32.823.675	25.711.269	22.563.177
Ativos de contrato	9	1.144.946.462	395.020.218	-	Taxas regulamentares		2.871.597	-	-
Adiantamento a fornecedores		3.370.002	4.702.337	10.237.249	Dividendos propostos		6.140.887	2.452.367	-
		1.360.052.449	857.805.698	151.058.724			2.019.646.410	526.504.567	950.664.364
Ativo não circulante					Passivo não circulante				
Títulos e valores imobiliários	7	71.346.218	-	-	Empréstimos e financiamentos - terceiros	11	4.546.817.279	3.608.475.878	-
Despesas antecipadas		-	186.889	1.308.220	Empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas	12	-	1.263.488.303	-
Ativos de contrato	9	10.571.177.436	9.178.589.467	3.759.617.430	Impostos diferidos	13	1.832.750.989	1.418.243.545	729.326.778
Depósito Judicial e cauções		135.600	108.000	69.000	Outros		104.759	104.759	104.759
Impostos a recuperar		-	-	7.397.593			6.379.673.027	6.290.312.485	729.431.537
Imobilizado		912.738	1.728.441	1.004.853	Patrimônio líquido	14			
Intangível		2.124.484	251.265	251.265	Capital social		2.771.001.000	2.771.001.000	1.971.001.000
		10.645.696.476	9.180.864.062	3.769.648.361	Capital a Integralizar		(480.000.000)	(480.000.000)	(405.550.000)
Total do ativo		12.005.748.925	10.038.669.760	3.920.707.085	Reserva especial de lucros		675.160.184	675.160.184	675.160.184
					Retenção de lucros		607.947.844	242.784.329	-
					Reserva legal		32.320.460	12.907.195	-
							3.606.429.488	3.221.852.708	2.240.611.184
					Total do passivo e do patrimônio líquido		12.005.748.925	10.038.669.760	3.920.707.085

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Nota	2019	2018 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	15	2.476.477.438	5.442.951.241
Custo da operação	16	(1.451.679.940)	(4.794.550.804)
Lucro bruto		1.024.797.498	648.400.437
Despesas gerais e administrativas	17	(34.710.103)	(21.361.892)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas		2.724.928	1.018.606
Resultado antes do resultado financeiro		992.812.323	628.057.151
Resultado financeiro	18	(398.628.021)	(235.787.665)
Receitas financeiras		76.538.396	30.615.507
Despesas financeiras		(475.166.417)	(266.403.172)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		594.184.302	392.269.486
Imposto de renda e contribuição social	19	(205.919.002)	(134.125.595)
Lucro líquido do exercício		388.265.300	258.143.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	2019	2018 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	388.265.300	258.143.891
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	388.265.300	258.143.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



XINGU RIO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33



★ continuação

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Reservas de Lucros				Lucros/Prejuízos acumulados		Total
	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva especial de lucros a realizar	Retenção de lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	1.971.001.000	(405.550.000)	-	675.160.184	-	-	2.240.611.184
Lucro líquido de exercício	-	-	-	-	-	258.143.891	258.143.891
Integralização de capital em 15 de janeiro de 2018	-	183.000.000	-	-	-	-	183.000.000
Aumento de capital conforme AGE de 02 de fevereiro de 2018	800.000.000	(800.000.000)	-	-	-	-	-
Integralização de capital em 08 de fevereiro de 2018	-	284.550.000	-	-	-	-	284.550.000
Integralização de capital em 09 de março de 2018	-	258.000.000	-	-	-	-	258.000.000
Constituição da reserva legal	-	-	12.907.195	-	-	(12.907.195)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(2.452.367)	(2.452.367)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	-	-	242.784.329	(242.784.329)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	2.771.001.000	(480.000.000)	12.907.195	675.160.184	242.784.329	-	3.221.852.708
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	388.265.300	388.265.300
Constituição da reserva legal	-	-	19.413.265	-	-	(19.413.265)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(3.688.520)	(3.688.520)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	-	-	365.163.515	(365.163.515)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.771.001.000	(480.000.000)	32.320.460	675.160.184	607.947.844	-	3.606.429.488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("Sociedade" ou "XRTE"), foi constituída em 07 de agosto de 2015 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Sociedade tem a sua sede na Avenida Presidente Vargas, nº 955 - 13º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro e é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "Grupo SGBH"), que é subsidiária da State Grid Corporate of China ("SGCC"), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.1. Da concessão:** Em 17 de julho de 2015, a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 007/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$988.030.985, deságio de 19% frente à RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 22 de outubro de 2015 e prevê entrada em operação até dezembro de 2019. Em 20 de Novembro de 2018, a Sociedade assinou o primeiro termo aditivo ao contrato de concessão nº 07/2015 - ANEEL, alterando o parcialmente o objeto do contrato no que se refere a Linha de Transmissão em 500 kV entre as subestações Terminal Rio e Nova Iguaçu e atualizando a receita anual permitida para R\$983.584.406, a preços de março de 2015. O projeto da Sociedade consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia nos estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro: (i) Estação conversora de corrente alternada em contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e ± 800kV junto à Subestação Xingu, no Estado do Pará; banco de transformadores conversores, equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônica; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivo eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo. (ii) Subestação Terminal Rio, no Estado do Rio de Janeiro, com pátio em 800kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 500kV com dois compensadores síncronos de (150/75) Mvar, conectados por um banco de (3x100) MVA de transformadores monofásicos e uma unidade de reserva de 100 MVA e dois transformadores 500/13,8kV - 40 MVA, para atender os serviços auxiliares. (iii) Estação conversora de corrente alternada em corrente contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e ± 800kV, junto à Subestação Terminal Rio; banco de transformadores conversores; equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônicas; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivos eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo. (iv) Linha de transmissão em corrente contínua em ±800kV entre as subestações Xingu e Terminal Rio, bipolo simples, com extensão aproximada de 2.534km com um cabo de para-raios em fibra óptica. (v) Linha de Transmissão em 500kV entre as subestações Terminal Rio e Nova Iguaçu em circuito duplo, com extensão aproximada de 30km. (vi) Instalações vinculadas e demais instalações necessárias a funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. (vii) Em 14 de Outubro de 2019, a Companhia teve a sua entrada em operação com recebimento de 100% da RAP através do TLD (termo de liberação definitiva) TDLONS/620/10/2019 emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrica (ONS). **1.2. Receita anual permitida (RAP):** Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 1.232.630.799 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). **Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. **2.3. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.4. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Sociedade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.5. Classificação circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo,

e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Ativo de Concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados à satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.3. Ativo imobilizado:** É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. **3.4. Ativo intangível:** É avaliado com vida útil definida, mensurado ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.5. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.6. Imposto de renda e contribuição social: Correntes:** O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. **Diferidos:** Impostos diferidos são gerados por diferenças tributáveis temporárias, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. **3.7. Provisões para**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	2019	2018 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	594.184.302	392.269.486
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros das debêntures	458.425.176	156.975.357
Depreciação e amortização	243.445	-
Amortização de despesas antecipadas	-	1.135.452
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(145.594.991)	-
Contas a receber - partes relacionadas	(20.350)	-
Ativo contratual amortizável	(2.138.762.455)	(5.813.992.258)
Depósitos judiciais e cauções	-	(39.000)
Impostos a recuperar	(5.483.642)	2.085.978
Adiantamentos a fornecedores e empregados	(2.149.281)	5.534.913
Outros ativos	(9.668.337)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	11.626.265	148.732.263
Fornecedores partes relacionadas	3.779	-
Juros pagos	(2.970.250)	(150.008.696)
Tributos e contribuições sociais	213.049.134	555.742.372
Taxas regulamentares	2.871.597	-
Outros passivos	2.651.710	2.196.895
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(1.021.593.898)	(4.699.367.238)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	(1.435.650)	(723.588)
Títulos e valores mobiliários	(71.346.218)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(72.781.868)	(723.588)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	725.550.000
Empréstimo captados	817.237.447	7.186.505.000
Empréstimo pagos	(130.000.000)	(2.900.000.000)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	687.237.447	5.012.055.000
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(407.138.319)	311.964.174
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	447.486.821	135.522.647
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	40.348.502	447.486.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

contingências: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.9. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.10. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.11. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nas seguintes rubricas: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.12. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa



XINGU RIO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33



★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.13. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.14. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro”, procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanço patrimonial	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		447.486.821	-	447.486.821
Demais ativos circulantes não impactados		15.298.659	-	15.298.659
Ativo contratual	(i)	89.182.980	305.837.238	395.020.218
		551.968.460	305.837.238	857.805.698
Ativo não circulante				
Ativos de contrato	(i)	8.401.818.885	776.770.582	9.178.589.467
Demais ativos não circulantes não impactados		2.274.595	-	2.274.595
		8.404.093.480	776.770.582	9.180.864.062
Total do ativo		8.956.061.940	1.082.607.820	10.038.669.760
	Ref.	(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		498.340.931	-	498.340.931
Demais passivos circulantes não impactados		25.711.269	-	25.711.269
Dividendos propostos	(iii)	-	2.452.367	2.452.367
		524.052.200	2.452.367	526.504.567
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos - terceiros		3.608.475.878	-	3.608.475.878
Empréstimos partes relacionadas		1.263.488.303	-	1.263.488.303
tributos diferidos	(ii)	1.305.096.183	113.147.362	1.418.243.545
Demais passivos não circulantes não impactados		104.759	-	104.759
		6.177.165.123	113.147.362	6.290.312.485
Patrimônio líquido				
Capital social		2.771.001.000	-	2.771.001.000
Capital a integralizar		(480.000.000)	-	(480.000.000)
Retenção de lucros	(iii)	-	242.784.329	242.784.329
Reserva especial de lucros	(iii)	-	675.160.184	675.160.184
Reserva Legal	(iii)	-	12.907.195	12.907.195
Prejuízos acumulados	(iii)	(36.156.383)	36.156.383	-
		2.254.844.617	967.008.091	3.221.852.708
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.956.061.940	1.082.607.820	10.038.669.760

Demonstração do resultado	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Receita operacional líquida	(i)	5.459.397.035	(16.445.794)	5.442.951.241
Outros		(5.050.681.755)	-	(5.050.681.755)
Imposto de renda e contribuição social	(ii)	(415.491.911)	281.366.316	(134.125.595)
Lucro líquido do exercício		(6.776.631)	264.920.522	258.143.891

Demonstração do resultado abrangente	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Lucro líquido do exercício	(i) e (ii)	(6.776.631)	264.920.522	258.143.891
Total do resultado abrangente		(6.776.631)	264.920.522	258.143.891

Demonstração do fluxo de caixa	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos		408.715.281	(16.445.794)	392.269.486
Itens de resultado que não afetam o caixa		158.110.809	-	158.110.809
(Aumento) redução nos ativos		(5.824.532.454)	18.122.087	(5.806.410.367)
Aumento (redução) nos passivos		558.339.126	(1.676.293)	556.662.833
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		(4.699.367.238)	-	(4.699.367.238)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(723.588)	-	(723.588)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		5.012.055.000	-	5.012.055.000
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		311.964.174	-	311.964.174

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balanço patrimonial	Ref.	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		135.522.647	-	135.522.647
Demais ativos circulantes não impactados		15.536.077	-	15.536.077
Ativo contratual		151.058.724	-	151.058.724
Ativo não circulante				
Ativo contratual	(i)	2.405.702.130	1.353.915.300	3.759.617.430
Demais ativos não circulantes não impactados		10.030.931	-	10.030.931
		2.415.733.061	1.353.915.300	3.769.648.361
Total do ativo		2.566.791.785	1.353.915.300	3.920.707.085
	Ref.	(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		349.608.668	-	349.608.668
Empréstimos e financiamentos		578.492.519	-	578.492.519
Demais passivos circulantes não impactados		22.563.177	-	22.563.177
		950.664.364	-	950.664.364
Passivo não circulante				
Impostos diferidos	(ii)	223.634.123	505.692.655	729.326.778
Demais passivos não circulantes não impactados		104.759	-	104.759
		223.738.882	505.692.655	729.431.537
Patrimônio líquido				
Capital social		1.971.001.000	-	1.971.001.000
Capital a integralizar	(iii)	(405.550.000)	-	(405.550.000)
Prejuízo acumulado	(iii)	(173.062.461)	173.062.461	-
Reserva de lucros a realizar		-	675.160.184	675.160.184
		1.392.388.539	848.222.645	2.240.611.184
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.566.791.785	1.353.915.300	3.920.707.085

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4. (ii) Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47 e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12. (iii) Efeitos dos ajustes que foram refletidos no resultado do exercício.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019:

As seguintes Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepôs à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICP 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contém opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam “somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto” (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Melhorias anuais:** • **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não prevêm a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: “a informação é material se sua omissão, omissão ou obscuramento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.” Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa	-	-	-
Bancos	952.830	416.747	194.800
Aplicações financeiras	39.395.672	447.070.074	135.327.847
	40.348.502	447.486.821	135.522.647

As aplicações financeiras, classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, são do tipo CDB, remuneradas pelo CDI.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2019	31/12/2018
Conta reserva - financiamentos	71.346.218	71.346.218

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 11). Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	141.558.245	1.324.374
Vencidas até 30 dias	1.324.374	493.858
Vencidas até 60 dias	493.858	633.934
Vencidas até 90 dias	633.934	1.584.580
Vencidas há mais de 90 dias	1.584.580	-
	145.594.991	4.036.736

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo.

9. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Circulante	1.144.946.462	395.020.218	-
Não circulante	10.571.177.436	9.178.589.467	3.759.617.430
	11.716.123.898	9.573.609.685	3.759.617.430

10. FORNECEDORES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores relacionados à construção	71.557.127	212.947.150	257.346.977
Fornecedores relacionados à construção - partes relacionadas	25.335.033	264.891.120	90.976.622
Prestadores de serviços	4.684.959	15.528.511	114.373
Gastos ambientais e fundiários	1.344.682	1.292.686	833.099
Outros	9.068.933	3.681.464	337.597
Provisão para encerramento de obras	397.980.242	-	-
Saldo final	509.970.976	498.340.931	349.608.668

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Descrição	Vencimento	Garantias	Encargos	31/12/2019		31/12/2018	
				31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
BNDES	Dez/18	Out/42	Fidejussória 3,10% x 2,52% TLPIPCA +	4.811.050.857	3.608.475.878	4.811.050.857	3.608.475.878
Circulante				-	264.233.578	-	264.233.578
Não circulante				4.546.817.279	3.608.475.878	4.811.050.857	3.608.475.878

A Companhia realizou a primeira emissão de debêntures, emitidas em 25 de maio de 2017, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia quirográfrica, como vencimento e quitação para 20 de maio de 2018, postergada para 2 de abril de 2019 e a remuneração alterada de 104,5% da taxa DI para 105% da taxa DI. Em 15 de março de 2018, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia quirográfrica, com vencimento em 29 de março de 2019. Em 06 de setembro de 2018 a Companhia realizou a quinta emissão de debêntures em duas séries, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia quirográfrica, e com vencimentos em 6 de março de 2019 e 06 de setembro de 2019. As debêntures foram liquidadas em 27 de dezembro de 2018. **BNDES:** Em 01 de novembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foram deliberadas (i) as condições do Contrato de Financiamento de longo prazo firmado entre a XRTE e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), assim como (ii) a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária e (iii) celebração do Contrato de Abertura de Ações, como interveniente. As aprovações indicadas referem-se à penhora de crédito direto em favor da XRTE no valor de até R\$ 5.213.550.000,00 (cinco bilhões, duzentos e treze milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), indexado à TLP (IPCA + 3,10%) x 2,52% e com prazo de amortização de 24 anos. Em 21 de dezembro de 2018 a Companhia recebeu o primeiro desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 3.606.505.000,00 (Três bilhões, seiscentos e seis milhões, quinhentos e cinco mil reais) junto ao BNDES e em 27 de dezembro de 2018 foram quitadas a primeira, segunda e quinta emissões de debêntures, com o pagamento do principal e juros. Em 29 de janeiro de 2019 a Companhia recebeu o segundo desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 817.237.447,00 (Oitocentos e dezessete milhões duzentos e trinta e sete mil e quatrocentos e quarenta e sete reais) junto ao BNDES. Esse financiamento será pago em 268 (duzentos e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de junho de 2020 e a última vencerá em 15 de outubro de 2042. **Garantias:** • Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH. • Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. • Constituição de contas centralizadora e reserva para cumprimento do serviço da dívida. • Garantia corporativa da SGBH até completion físico-financeiro do projeto. As garantias prestadas no âmbito do contrato do BN



XINGU RIO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

13. TRIBUTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Imposto diferido (ativo)	111.213.831	84.664.879	84.664.879
Impostos diferidos passivos	<u>(1.943.964.820)</u>	<u>(1.502.908.424)</u>	<u>(813.991.657)</u>
	(1.832.750.989)	(1.418.243.545)	(729.326.778)

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito e parcialmente integralizado da Sociedade é de R\$2.771.001.000 (R\$1.971.001.000 em 31 de dezembro de 2017), dividido em 2.771.001.000 (1.971.001.000 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.771.001.000, dividido em 2.771.001.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	<u>0,01%</u>
	100%

b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. c) **Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	388.265.300
Reserva legal (5%)	<u>(19.413.265)</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>368.852.036</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>3.688.520</u>

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional bruta		
Receita de operação e manutenção	79.844.949	–
Remuneração do ativo de concessão	1.294.748.034	719.459.399
Receita de construção	1.355.282.325	5.278.283.015
Outras receitas	<u>3.636.975</u>	<u>–</u>
	2.733.512.283	5.997.742.414
Deduções da receita operacional		
PIS diferido	(37.207.667)	(98.962.750)
COFINS diferido	(171.380.771)	(455.828.423)
Pis corrente	(7.895.285)	–
Cofins corrente	(36.366.163)	–
P&D (PROJETO)	(1.673.983)	–
P&D - FNDCT	(1.673.983)	–
P&D - MME	(836.993)	–
	<u>(257.034.845)</u>	<u>(554.791.173)</u>
Receita operacional líquida	2.476.477.438	5.442.951.241

16. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(23.857.010)	(525.691)
Administradores	(773.374)	–
Material	(1.563.185)	–
Serviços de terceiros	(6.011.815)	–
Arrendamentos e aluguéis	(2.827.000)	–
Seguros	(75.048)	(105.596)
Tributos	(521.157)	(13.993)
Custo de construção	(1.413.538.533)	(4.793.829.467)
Outras	<u>(2.512.818)</u>	<u>(76.057)</u>
	(1.451.679.940)	(4.794.550.804)

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(8.597.090)	(5.193.164)
Honorários e encargos	(9.190.081)	(6.042.167)
Benefícios	(4.192.030)	(2.736.219)
Materiais	(352.616)	(86.137)
Serviços de terceiros	(5.070.899)	(4.799.468)
Seguros	(812.954)	(6.089)
Aluguéis	(3.308.238)	(279.444)
Tributos	(169.857)	(123.448)
Outros	<u>(3.016.338)</u>	<u>(2.095.756)</u>
Total das despesas gerais e administrativas	(34.710.103)	(21.361.892)

18. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	27.222.624	31.971.204
Variação cambial	51.860.850	–
Outras	<u>1.187.523</u>	<u>137.335</u>
PIS sobre aplicações financeiras	<u>(521.761)</u>	<u>(208.703)</u>
COFINS sobre aplicações financeiras	<u>(3.210.840)</u>	<u>(1.284.329)</u>
	76.538.396	30.615.507

Despesas financeiras		
Multas e juros	(718.388)	(688.778)
IOF	(15.546.736)	(72.148.544)
Juros das debêntures	(73.087.643)	(155.004.479)
Juros do Financiamento	(385.337.533)	(1.970.878)
Comissão bancária	–	(17.257.558)
Outros	<u>(476.117)</u>	<u>(19.332.935)</u>
	(475.166.417)	(266.403.172)
Resultado financeiro	(398.628.021)	(235.787.665)

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	594.184.302	392.269.486
Alíquota nominal	<u>(201.998.663)</u>	<u>(133.347.626)</u>
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições e exclusões não dedutíveis	<u>(9.435.956)</u>	<u>(19.731.825)</u>
Outros	<u>5.515.617</u>	<u>18.953.855</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	<u>(205.919.002)</u>	<u>(134.125.596)</u>

20. SEGUROS

A Sociedade possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Sociedade no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 007/2015-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. A garantia de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, é de até a importância segurada no montante de R\$700.000.000, com fim da importância em 1º de março de 2020.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

Partes relacionadas	Natureza de operação	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Ativo circulante				
Outra contas a receber				
Nari Brasil Holding Ltda. (a)	Nota de débito	8.366.677	17.349.507	–
Nari Group Corporation Co Ltd. (a)	Nota de débito	209.395	209.396	–
XPTT Brasil Construção de Sistemas de Energia Elétrica Ltda. (a)	Nota de débito	–	6.664.324	–
		<u>8.576.072</u>	<u>24.223.227</u>	<u>–</u>
Passivo circulante				
Fornecedores				
China Electric Power Equipment and Technology Co. (a)	Serviços de construção	–	237.632.963	121.447.438
Nari Group Corporation (a)	Serviços de construção	–	27.214.037	50.878.986
XPTT Brasil Construção de Sistemas de Energia Elétrica Ltda. (a)	Serviços de construção	–	44.120	622.305
Nari Brasil Holding Ltda. (a)	Serviços de construção	4.002.190	–	–
CET Brazil Transmissão de Energia (a)	Serviços de construção	<u>20.178.808</u>	<u>–</u>	<u>–</u>
		<u>24.180.998</u>	<u>264.891.120</u>	<u>172.948.729</u>

(a) Referem-se aos saldos a pagar relacionados a prestação de serviço para a construção do projeto.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Sociedade é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Sociedade é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Sociedade, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

22.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa	6	40.348.502	447.486.821	135.522.647

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Concessionárias e permissionárias	8	145.594.991	–	–

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores	10	509.970.976	498.340.931	349.608.668

Empréstimos e financiamentos	11	4.811.050.857	4.871.964.181	578.492.519
------------------------------	----	---------------	---------------	-------------

Empréstimos partes relacionadas	11	1.203.605.697	–	–
---------------------------------	----	---------------	---	---

23. GESTÃO DE RISCO

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são: a) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Sociedade efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. b) **Riscos cambiais:** A Sociedade faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. c) **Risco de liquidez:** A Sociedade acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Sociedade é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Sociedade por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Sociedade.

24. CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como "provável" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários. **Contingências possíveis (não provisionadas):** Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2019	31/12/2018
Cível	313.212	309.795.855
Trabalhista	2.243.978	107.421
Fiscal	<u>1.143.622</u>	<u>600.336</u>
	3.700.812	310.503.612

25. GESTÃO DO CAPITAL

A Sociedade utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Sociedade monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 03 de janeiro de 2020 a Companhia recebeu R\$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais) referente a sua 6ª emissão de debêntures, operação essa privada, firmada junto a sua controladora (SGBH), com vencimento em 31 de dezembro de 2020.

DIRETORIA		
Hongxian Cai Diretor Presidente	Chenggang Liu Diretor	Kelson Araújo Carvalho Contador - CRC RJ - 112076/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras,

nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-25P015199/O-6
Glaucio Dutra da Silva
Contador - CRC - 1R090174/O-4

